

Brasal Refrigerantes S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Brasal Refrigerantes S.A.
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasal Refrigerantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasal Refrigerantes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de fevereiro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 05 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Brasal Refrigerantes S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	632	3.778
Aplicações financeiras	5	240.210	244.716
Contas a receber	6	159.463	169.072
Estoques	7	85.051	63.246
Tributos a recuperar e diferidos	8	8.998	10.698
Despesas antecipadas	10	4.290	4.323
Outros ativos	9	16.916	3.872
Total do ativo circulante		515.560	499.705
Não circulante			
IRPJ e CSLL diferidos	8	755	1.633
Tributos a recuperar e diferidos	8	9.282	8.794
Partes relacionadas	11	220.114	165.706
Depósitos judiciais	20	229	233
Despesas antecipadas	10	708	2.125
Total do realizável a longo prazo		231.088	178.491
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	12	35.743	36.466
Imobilizado	13	232.084	174.161
Intangível	14	3.002	2.435
Total do ativo não circulante		501.917	391.583
Total do ativo		1.017.477	891.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	140.405	116.202
Empréstimos e financiamentos	16	1.125	1.080
Tributos a recolher	17	106.957	111.877
Obrigações trabalhistas, sociais e outros	18.a	44.207	33.711
Parcelamentos tributários	17	1.191	897
Outros passivos	18.b	14.454	17.163
Total do passivo circulante		308.339	280.930
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	7.183	2.234
Provisões para demandas judiciais e administrativas	19	2.220	1.819
Tributos a recolher	17	988	2.278
Parcelamentos tributários	17	2.724	3.906
Total do passivo não circulante		13.115	10.237
Patrimônio líquido	21		
Capital social		459.961	242.334
Reservas de lucros		236.062	357.787
Total do patrimônio líquido		696.023	600.121
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.017.477	891.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	22	1.705.258	1.568.772
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	23	<u>(1.030.586)</u>	<u>(979.959)</u>
Lucro bruto		674.672	588.813
Despesas administrativas	24.a	(117.674)	(94.595)
Despesas comerciais	24.b	(162.117)	(139.660)
Despesas logísticas	24.c	(85.733)	(77.018)
Depreciações e amortizações	24.d	(28.023)	(23.675)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24.e	(6.671)	(5.206)
Participação nos lucros por equivalência patrimonial		858	3.555
Outras receitas operacionais, líquidas	24.h	<u>16.608</u>	<u>9.547</u>
		(382.752)	(327.052)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		291.920	261.761
Despesas financeiras	24.f	(12.586)	(7.830)
Receitas financeiras	24.g	<u>50.267</u>	<u>40.691</u>
Resultado financeiro		37.681	32.861
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		329.601	294.622
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	(49.027)	(58.965)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	<u>(19.103)</u>	<u>(113)</u>
		<u>(68.130)</u>	<u>(59.078)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>261.471</u>	<u>235.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	261.471	235.546
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>261.471</u>	<u>235.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	242.334	22.702	143.978	93	1.993	-	411.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	235.546	235.546
Destinações							
Reserva legal	-	11.777	-	-	-	(11.777)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(27.286)	-	(27.286)
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	-	(19.240)	-	(19.240)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	73.649	-	-	(73.649)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	150.120	(150.120)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	242.334	34.479	217.627	93	105.587	-	600.120
Aumento de capital	217.627	-	(217.627)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	261.471	261.471
Destinações							
Reserva legal	-	13.074	-	-	-	(13.074)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(137.930)	(137.930)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(27.638)	(27.638)
Destinação do lucro para reserva	-	-	-	-	82.829	(82.829)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	459.961	47.553	-	93	188.416	-	696.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	329.601	294.624
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Crédito ICMS na base de PIS e COFINS	(1.607)	(1.484)
Depreciações e amortizações	40.789	35.259
Resultado de equivalência patrimonial e provisão para <i>impairment</i> de investimentos	(858)	(3.556)
Perda no recebimento de clientes	6.671	5.206
Provisão (reversão) para demandas judiciais	401	(334)
Resultado na venda do imobilizado	(2.348)	(380)
Resultado financeiro, líquido	<u>(44.805)</u>	<u>(12.484)</u>
Resultado ajustado	<u>327.844</u>	<u>316.852</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	16.115	(50.333)
Estoques	(21.805)	3.545
Outros ativos e impostos a recuperar	(5.453)	71.270
Fornecedores	24.203	15.480
Obrigações trabalhistas	10.495	2.873
Obrigações fiscais	(1.950)	(2.013)
Outros passivos	(2.711)	7.464
Impostos correntes pagos	<u>(73.660)</u>	<u>(45.009)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>273.078</u>	<u>320.129</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Imobilizado e intangível	(105.394)	(54.634)
Recebimento pela venda de participação em investida	1.583	-
Aplicações financeiras, líquidas	<u>21.391</u>	<u>(166.147)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(82.420)</u>	<u>(220.781)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Concessão de mútuo a partes relacionadas	(43.385)	(139.636)
Recebimento de mútuo por partes relacionadas	10.345	-
Captação de recursos	4.804	(2.147)
Dividendos distribuídos aos acionistas	(137.930)	(19.240)
Juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas	<u>(27.638)</u>	<u>(27.286)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(193.804)</u>	<u>(188.309)</u>
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.146)</u>	<u>(88.961)</u>
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	3.778	92.739
No fim do exercício	632	3.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasal Refrigerantes S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	2024	2023
Receitas	2.580.184	2.337.359
Receita de contrato com clientes	2.558.044	2.325.788
Outras receitas	19.628	10.036
Receitas relativas à construção de ativos próprios	2.512	1.535
Insumos adquiridos de terceiros - (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)	(1.231.213)	(1.143.876)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(953.581)	(911.801)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(270.961)	(226.869)
Perda estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(6.671)	(5.206)
Valor adicionado bruto	1.348.971	1.193.483
Retenções	(39.182)	(33.776)
Depreciação, amortização e exaustão	(39.182)	(33.776)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	1.309.789	1.159.707
Valor adicionado recebido em transferência	46.624	39.473
Resultado de equivalência patrimonial	(3.644)	(1.218)
Receitas financeiras	50.268	40.691
Valor adicionado total a distribuir	1.356.413	1.199.180
Distribuição do valor adicionado	(1.356.413)	(1.199.180)
Pessoal e encargos	(204.035)	(171.784)
Remuneração direta	(161.765)	(136.716)
Benefícios diversos	(32.142)	(26.004)
FGTS	(10.128)	(9.064)
	(877.733)	
Impostos, taxas e contribuições		(784.656)
Governo Federal	(307.718)	(280.703)
Governo Estadual/Distrital	(570.016)	(503.953)
Juros e aluguéis	(13.174)	(7.194)
Juros	(10.225)	(5.182)
Aluguéis	(2.949)	(2.012)
Dividendos e lucros retidos	(261.472)	(235.546)
Dividendos pagos aos acionistas	(27.638)	(19.240)
Juros sobre capital próprio	(137.930)	(27.286)
Lucros retidos do exercício	(95.903)	(189.020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Brasal Refrigerantes S.A. (“Brasal” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília/DF na localidade de Taguatinga, e tem como objeto social a fabricação, o engarrafamento e o comércio de bebidas em geral, a produção e o comércio de alimentos, bem como qualquer outro produto que, direta ou indiretamente, esteja relacionado a estes, e, ainda, a prestação de serviços em festividades e/ou eventos e empreendimentos socioculturais ou esportivos, entre outros.

A Companhia mantém por prazo determinado contrato com a Coca-Cola Indústrias Ltda., com a Cervejaria Heineken e a Leão Alimentos e Bebidas Ltda., para fabricação, venda e revenda no DF, parte de Minas Gerais, Goiás e Tocantins, de determinados concentrados, bases de bebidas e bebidas representados, entre outras, pelas marcas Coca-Cola, Fanta, Kuat, Sprite; Cervejas: Heineken, Kaiser, Bavária, Sol, Xingu e Amstel; também vende e distribui produtos segmentados tais como suco Kapo, Del Valle; chás da marca Ice Tea e Matte Leão; energéticos como Burn e Monster; isotônicos como I9 e Powerade.

A Companhia possuía saldo de ICMS incentivado com o extinto PRÓ/DF, hoje substituído pelo IDEAS-DF. O montante devido estava provisionado no passivo não circulante, na rubrica “Empréstimos e financiamentos”. Da parcela financiada, a Companhia é obrigada a efetuar aplicação equivalente a 10%, em Certificados de Depósitos Bancários no Banco de Brasília, sendo essa aplicação (que rende para a Companhia 90% dos rendimentos normais da SELIC) vinculada à liquidação das parcelas financiadas, constituindo moeda de pagamento desse financiamento. A referida aplicação está registrada como redutora do financiamento. A partir de 2009, o Governo do Distrito Federal passou a promover leilões para a opção de liquidação antecipada dos valores devidos a longo prazo. Para a liquidação da dívida por meio de leilões, sendo utilizada a aplicação em CDBs, somente, para o abatimento do saldo do financiamento.

Até 31 de agosto de 2020 a Companhia gozava de incentivo governamental relacionado ao Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico e Sustentável - IDEAS-DF, pelo qual possui o direito sobre um empréstimo equivalente a 5,84% do faturamento mensal ajustado sobre o exercício anterior. As liberações das parcelas do financiamento devido são exigidas após 30 anos, em 360 parcelas e sem correção monetária, incidindo, exclusivamente, juros de 1,2% ao ano (0,1% a.m.).

No mês de setembro de 2020, a Companhia migrou do então incentivo Fiscal IDEAS-DF para o Emprega/DF - Programa de Incentivo Fiscal à Industrialização e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Neste programa é concedido um percentual de crédito presumido de 67% incidente sobre o ICMS apurado das saídas de produtos de fabricação própria. A Companhia condiciona-se ao cumprimento de obrigações como manutenção de empregos e regularidade fiscal, além do pagamento de 3% sobre a base de cálculo do ICMS apurado aos Fundo da Receita Tributária do DF e ao Fundo de Desenvolvimento do DF. O valor do incentivo é contabilizado na conta de receita deduzido da Companhia de impostos totais e na constituição de reserva de incentivos fiscais no fechamento do balanço anual. Em 2023 foi reconhecido o total de R\$73.649 a título de reserva de incentivos fiscais e o saldo da conta em 31 de dezembro de 2023 foi o totalmente integralizado ao capital social em março de 2024.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis às sociedades de grande porte, nos termos da Lei nº 11.638/07 e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Geral da Companhia em 05 de fevereiro de 2025.

b. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo e possam afetar o próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber.
- Nota 7 – Estoques: teste de redução ao valor recuperável e provisão para perdas
- Nota 19 – Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Políticas contábeis

a. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*).

Os investimentos da Companhia nas empresas Leão Alimentos e Bebidas Ltda., Trop Frutas do Brasil Ltda.(descontinuada em julho-2024) e UBI 3 Participações Ltda. estão registrados pelo método do custo uma vez que a Administração realizou um estudo e considera que por sua participação nestas empresas ser muito pequena e não haver influência no controle societário.

Para estes investimentos a Companhia realiza anualmente o teste de *impairment* pelo valor recuperável de seus investimentos, registrando uma provisão para perda quando aplicável.

As coligadas são aquelas entidades que a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá direito à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Para o investimento na Mineração Bom Jesus Ltda., onde há controle compartilhado nas tomadas de decisão, o saldo é registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, reconhecido inicialmente ao custo, e as variações no resultado do exercício ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

b. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

c. *Receitas de contratos com clientes*

A receita é mensurada com base na contraprestação determinada junto aos clientes. Especificamente, a Companhia aplica o modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita, requerido pela norma:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. Consideramos que o cliente tem o “controle dos bens” quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pela venda de produtos das marcas Coca Cola, Fanta, Kwat e Sprite e revenda de produtos das marcas Heineken, Kaiser, Bavaria, Sol, Xingu, Amstel, Kapo, Del Valle, Ice Tea, Matte Leão, Burn, Monster, I9 e Powerade.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que os produtos são entregues aos clientes.

d. *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondentes seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar este montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. *Incentivos fiscais*

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado ao longo do período, confrontados com as despesas a compensar, através da apuração do resultado é transferido seu valor para o patrimônio líquido, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07(R1) - Subvenções e Assistências Governamentais.

f. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recebimentos de clientes em atraso, descontos obtidos de fornecedores, fundos investidos e aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, taxas, comissões e impostos sobre empréstimos e financiamentos.

g. *Imposto de renda e contribuição social*

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no resultado de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

h. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Para mitigar os riscos de preços causados pelas oscilações do mercado dos estoques de matéria prima, principalmente relacionado ao açúcar, a Companhia dispõe de uma política de uso de operações com futuros para minimizar a exposição líquida de estoque de commodities. O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto; abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Ganhos e/ou perdas líquidos não realizados nos contratos de compras e vendas a termo, contratos de futuros e opções de commodities, representam os valores justos desses instrumentos financeiros e são classificados no balanço da Companhia, sendo os seus efeitos registrados como resultado financeiro.

Os custos de transformação dos estoques incluem todos os gastos diretamente relacionados com as unidades produzidas, também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliações, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta; Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que for parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes: gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

j. Intangível

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

k. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Entretanto, se o Companhia tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação (por exemplo, devido à política de reembolso da Companhia), o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de certos investimentos em um instrumento patrimonial que não sejam mantidos para negociação, a Companhia fez uma escolha irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

l. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, e são registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme resumo a seguir:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

A Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado;

- (i) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
- (ii) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

m. Classificação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta seus ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

n. Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime de competência. A receita e o custo decorrentes da venda de produtos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e os benefícios inerentes ao produto são transferidos, o que ocorre quando da entrega dos produtos aos clientes.

o. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

- p. Caixa e equivalentes de caixa**
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor.
- q. Impostos a recuperar**
Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes, substancialmente, de antecipações de tributos e créditos originados na aquisição de insumos, atualizados monetariamente pelos índices oficiais, reduzidos de provisão para realização, quando necessário. A classificação no circulante e não circulante reflete a expectativa de realização dos referidos tributos.
- r. Cessão de crédito por fornecedores**
Os fornecedores têm o direito de ceder seus títulos, sem obrigação de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. No entanto, não existe vinculação da Companhia com essas operações e nenhuma alteração da natureza da transação ou dos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas.
- s. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**
A distribuição de dividendos, quando deliberada e registrada em ata, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.
- Os acionistas poderão declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente os acionistas poderão decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.
- t. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**
Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Evidencia a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte como parte de suas demonstrações contábeis. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.
- u. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e investimentos). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Companhia e suas controladas incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

3.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para novas normas. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	24	32
Bancos	608	608
Aplicações financeiras	-	3.138
	632	3.778

O Caixa refere-se, substancialmente, a recursos recebidos diariamente nos pontos de venda e depositados em conta-corrente no dia seguinte.

As aplicações financeiras referem-se exclusivamente aos Fundos de renda fixa remuneradas a base de 82% a 104% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (75% a 104% do CDI em 31 de dezembro de 2023) de rentabilidade. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo, e sem perdas de seus rendimentos e seus recursos são utilizados para satisfazer compromissos de curto prazo.

5 Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras - Fundos de investimento (i)	212.595	208.471
Aplicações financeiras - Debêntures (ii)	27.615	36.245
	240.210	244.716

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, com forma de diversificação de seu portfólio de investimentos, a Companhia realizou investimento em dois fundos de renda fixa, os quais detém 100% das quotas. Os fundos investem integralmente em operações compromissadas e títulos do tesouro.
- (ii) Em dezembro de 2023, a Companhia, como estratégia de diversificação de portfólio e maximização de rentabilidade financeira efetuou a aquisição de debêntures não conversíveis em ações, sem carência e com remuneração média de 85% da variação do Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Título	31/12/2024	31/12/2023
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. - JTEE12	-	11.806
C e A Modas S.A. - CEAB22	-	8.302
ZA Digital De Sao Paulo Sistema De Estacionamento Rotativo S.A - ZZDT12	-	12.107
CELESC Distribuição S.A. - CLCD14	-	4.030
EDPA11-ITAU	4.213	-
CREM17-ITAU	5.402	-
ITCT81-ITAU	18.000	-
	27.615	36.245

6 Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	154.351	168.745
Contas a receber com partes relacionadas (Nota explicativa nº 11)	7.480	327
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(2.368)</u>	<u>-</u>
	<u>159.463</u>	<u>169.072</u>

a. Composição por vencimento

		31/12/2024	31/12/2023
A vencer	Entre 0 a 30 dias	134.404	145.059
	Entre 31 e 60 dias	11.241	5.310
	Entre 61 e 90 dias	187	4.038
	Entre 91 e 120 dias	<u>145</u>	<u>555</u>
		<u>145.977</u>	<u>154.962</u>
Vencidos	Entre 1 a 30 dias	14.072	9.368
	Entre 31 e 60 dias	-	608
	Entre 61 e 90 dias	70	731
	Entre 91 e 120 dias	576	386
	Acima de 120 dias	<u>1.137</u>	<u>3.017</u>
		<u>15.855</u>	<u>14.110</u>
		<u>161.831</u>	<u>169.072</u>

b. Movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

Abaixo a demonstração das perdas do contas a receber no exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	<u>-</u>	<u>-</u>
Constituição (Reversão)	<u>(2.368)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(2.368)</u>	<u>-</u>

A Companhia reconhece as perdas esperadas em seu contas a receber com base no histórico de crédito e inadimplência de seus clientes, assim como definindo um percentual de perda esperada para cada categoria de seu contas a receber. Durante o exercício a Companhia reconheceu a baixa efetiva de créditos com seus clientes no montante de R\$4.303 (R\$5.206 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, neste exercício a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.368 a título de perdas por redução ao valor recuperável de seu contas a receber.

7 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	37.482	25.899
Produtos acabados	9.100	10.024
Produtos em elaboração	494	193
Matérias-primas	24.520	13.684
Materiais de consumo e reposição	13.456	13.446
	85.051	63.246

8 Tributos a recuperar e diferidos

a. Circulante

	31/12/2024	31/12/2023
IPI – Imposto sobre produtos industrializados	1.234	4.044
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	837	701
ICMS sobre o imobilizado	6.767	5.805
PIS e COFINS (exclusão ICMS da base) (i)	160	55
Outros	-	93
	8.998	10.698

Plano de compensação dos tributos a recuperar

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e COFINS, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais créditos de PIS e COFINS, é de que ocorrerá no exercício de 2025.

b. Não circulante

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recuperar sobre o imobilizado (i)	9.282	8.794
IR diferidos sobre adições temporárias	555	1.223
CS diferidos sobre adições temporárias	200	440
	10.037	10.427
	19.035	21.155

- (i) Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes substancialmente de antecipações de tributos e créditos originados na aquisição de imobilizados, atualizados monetariamente pelos índices oficiais, reduzidos de provisão para realização, quando necessário. A classificação no circulante e não circulante reflete a expectativa de realização da Administração segundo as projeções de operações futuras da Companhia.

9 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	1.436	233
Adiantamento a funcionários	2.631	2.399
Reembolso de operações com insumos (b)	10.956	743
Reembolso Kaiser (a)	1.893	497
	16.916	3.872

- (a) Referem-se a créditos de reembolso de propagandas corporativas da Coca-Cola Company e Kaiser S.A. em percentuais previstos no contrato de exploração de marca.
- (b) Referem-se a reembolsos a serem efetuados por parte de fornecedores quanto a insumos consumidos na produção e campanhas de marketing.

10 Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Reembolso de Custo de Transição GNC/HNK (i)	2.125	3.541
Seguros patrimoniais, IPVA e seguros obrigatórios	579	509
Seguro garantia judicial	24	26
Contrato Propagando e Patrocínio	1.205	880
Licença de uso Sistemas	-	190
Contrato exclusividade e garantia execução	831	1.045
Outras despesas antecipadas	234	667
	4.998	6.448
Circulante	4.290	4.323
Não circulante	708	2.125
	4.998	6.448

- (i) Refere-se ao custo de desmobilização do centro de distribuição (custos relacionados a rescisões, contratos de serviços diversos, locação de prédios).

11 Partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$17.076 e (R\$13.563 em 2023). Os diretores da Companhia não mantêm quaisquer operações comerciais e outros com a Companhia, além de transações no curso normal dos negócios.

b. Operações com empresas do mesmo Grupo

No contexto de suas operações a Companhia realiza transações com partes relacionadas, substancialmente com o acionista controlador. Os saldos dessas transações estão descritos conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:		
Mútuos diversos - Brasal Participações S.A. (i)	220.114	165.706
Contas a receber - Mineração Bom Jesus Ltda. (Nota explicativa nº6)	7.480	327
Passivo:		
Fornecedores - Mineração Bom Jesus Ltda. (Nota explicativa nº 15)	4.150	4.071
Resultado:		
Custo - Mineração Bom Jesus Ltda.	41.923	44.296

- (i) Referem-se aos ativos e passivos financeiros de mútuos a receber, os quais a Companhia tem a com a controladora e correlatas, sendo que nos mútuos são calculados o Imposto sobre Operação Financeira (IOF) e juros a taxa de 100% do CDI (100% em 2023), com datas de vencimento até 31/01/2026. Abaixo a movimentação dos recursos no exercício:

	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	<u>165.706</u>	<u>20.542</u>
Novos mútuos	43.386	138.958
Mútuos recebidos	(10.345)	-
Juros sobre mútuo	<u>21.367</u>	<u>6.206</u>
Saldo final	<u>220.114</u>	<u>165.706</u>

12 Investimentos

a. Composição

Participações societárias	Controle	% Participação	31/12/2024	31/12/2023
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (i)	N/A	2,25%	12.584	14.404
Trop Frutas do Brasil Ltda. (ii)	N/A	1,83%	-	2.250
Mineração Bom Jesus Ltda. (iii)	Controlada em conjunto	50,00%	23.148	19.802
			35.733	36.456
Outros investimentos				
Obras de arte			10	10
			35.743	36.466

- (i) Refere-se à participação de 2,25% no capital da Empresa Leão Alimentos e Bebidas Ltda. que é uma Holding que controla as operações de venda de sucos e bebidas não carbonatadas das marcas Coca Cola. Esse investimento está avaliado pelo custo de aquisição.
- (ii) Refere-se à participação de 1,83% no capital da Trop Frutas do Brasil Ltda. empresa que possui a marca “Verde Campo”. Esse investimento está avaliado pelo custo de aquisição.
- (iii) Refere-se à participação de 50% da empresa Mineração Bom Jesus Ltda., que fabrica e envasa águas minerais sem gás e gaseificadas (controle compartilhado). Embora a Companhia possua participação de metade do capital da empresa Mineração Bom Jesus Ltda., e tenha metade do seu poder de voto, a Administração determinou que o controle da investida será conjunto. A Companhia controla de forma conjunta a Mineração Bom Jesus Ltda., em função de um acordo com o outro acionista; no qual garante determinados direitos e deveres a ambos.

b. Informações resumidas das investidas

A tabela a seguir resume as informações financeiras das investidas as quais a Companhia possui controle compartilhado, com base em suas demonstrações financeiras de 2024 e 2023.

	<u>Mineração Bom Jesus Ltda.</u>	
	31/12/2024	31/12/2023
Porcentagem de participação	50,00%	50,00%
Ativo	58.183	53.078
Passivo	11.886	13.472
Patrimônio líquido	46.297	39.606
Resultado do exercício	6.691	6.770

c. Movimentação do saldo de investimento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	36.466	32.951
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	858	3.515
(-) Venda de participação societária	(1.581)	-
Saldo final	35.743	36.466

13 Imobilizado

Natureza	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	-	13.426	-	13.426	4.690
Edificações	4%	51.623	(16.221)	35.402	31.881
Construções em andamento (i)	-	6.656	-	6.656	6.182
Adiantamentos para compra de imobilizado	-	33.598	-	33.598	4.590
Máquinas e equipamentos de produção	5%	243.760	(190.951)	52.808	43.289
Máquinas e equipamentos de mercado	20%	90.851	(50.117)	40.734	37.071
Veículos	20%	70.053	(43.948)	26.104	25.590
Equipamentos de computação	20%	12.550	(9.243)	3.307	3.318
Vasilhames e garrafeiras	20%	70.444	(50.395)	20.049	17.550
		592.961	(360.876)	232.084	174.161

(i) Refere-se a melhorias internas do prédio administrativo e também nas plantas industriais e de distribuição.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Para as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade.

a. Movimentação:

Custo:	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Terrenos	4.690	-	-	-	4.690
Edificações	40.601	2.670	(915)	3.860	46.216
Construções em andamento	11.746	5.688	(46)	(11.206)	6.182
Adiantamentos para compra de imobilizado	46	4.544	-	-	4.590
Máquinas e equipamentos de produção	220.028	4.332	(52)	5.152	229.460
Máquinas e equipamentos de mercado	83.368	11.158	(12.897)	1.373	83.002
Veículos	56.112	9.869	(1.103)	130	65.008
Equipamentos de computação	10.986	1.518	(1)	11	12.514
Vasilhames e garrafeiras	50.842	18.831	(15.253)	10	54.430
Total custo	478.419	58.610	(30.267)	(670)	506.092
Depreciação:	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
(-) Edificações	(12.684)	(1.651)	-	-	(14.335)
(-) Máquinas e equipamentos de produção	(182.135)	(4.086)	50	-	(186.171)
(-) Máquinas e equipamentos de mercado	(51.611)	(6.072)	11.752	-	(45.931)
(-) Veículos	(34.129)	(5.860)	571	-	(39.418)
(-) Equipamentos de computação	(8.227)	(970)	1	-	(9.196)
(-) Vasilhames e garrafeiras	(36.223)	(15.907)	15.250	-	(36.880)
Total depreciação acumulada	(325.009)	(34.546)	27.624	-	(331.931)
Imobilizado, líquido	153.410	24.064	(2.643)	(670)	174.161

Basal Refrigerantes S.A
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

Custo:	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
Terrenos	4.690	8.736	-	-	13.426
Edificações	46.216	4.191	-	1.217	51.624
Construções em andamento	6.182	39.182	(1.701)	(6.035)	37.628
Adiantamentos para compra de imobilizado	2.622	-	-	-	2.622
Máquinas e equipamentos de produção	229.460	10.031	(77)	4.345	243.759
Máquinas e equipamentos de mercado	83.002	11.275	(3.426)	-	90.851
Veículos	65.008	9.669	(4.625)	-	70.052
Equipamentos de computação	12.514	1.085	(1.086)	40	12.553
Vasilhames e garrafeiras	54.430	20.156	(4.141)	-	70.445
Total custo	504.124	104.325	(15.056)	(433)	592.960
Depreciação:	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
(-) Edificações	(14.335)	(1.889)	-	-	(16.224)
(-) Máquinas e equipamentos de produção	(186.171)	(4.814)	35	-	(190.950)
(-) Máquinas e equipamentos de mercado	(45.931)	(7.089)	2.905	-	(50.115)
(-) Veículos	(39.418)	(7.278)	2.750	-	(43.946)
(-) Equipamentos de computação	(9.196)	(1.126)	1.078	-	(9.244)
(-) Vasilhames e garrafeiras	(36.880)	(17.657)	4.140	-	(50.397)
Total depreciação acumulada	(331.931)	(39.853)	10.908	-	(360.876)
Imobilizado, líquido	174.161	64.472	(4.148)	(433)	232.084

14 Intangível

a. Composição

	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Saldo líquido	
				31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso de <i>software</i>	20%	19.821	(16.819)	3.002	2.435
		19.821	(16.819)	3.002	2.435

b. Movimentação

Ano: 2023

Detalhamento do intangível	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Direito de uso de <i>software</i>	17.118	531	670	18.319
Amortização	(15.170)	(714)	-	(15.884)
	1.948	(183)	670	2.435

Ano: 2024

Detalhamento do intangível	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024
Direito de uso de <i>software</i>	18.319	1.069	433	19.821
Amortização	(15.884)	(935)	-	(16.819)
	2.435	134	433	3.002

15 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar com partes relacionadas (Nota explicativa nº 11)	4.150	4.071
Fornecedores de mercadorias, insumos e serviços	136.255	112.131
	140.405	116.202

Duplicatas a pagar - composição por vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer em:		
Entre 0 a 30 dias	97.260	88.110
Entre 31 e 60 dias	25.661	16.803
Entre 61 e 90 dias	14.803	10.189
Entre 91 e 120 dias	1.385	673
Acima de 120 dias	15	106
	139.124	115.881
Vencidos	1.281	321
	140.405	116.202

16 Empréstimos e financiamentos

a. Incentivos governamentais

	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Incentivo governamental	0,1% a.m. + 25% var. da UFIR	4.507	2.515
(-) Depósitos vinculados (*)		<u>(281)</u>	<u>(281)</u>
		<u>4.226</u>	<u>2.234</u>

(*) Depósito vinculado correspondente a 10% do valor de cada parcela liberada do benefício e que é depositando no Banco de Brasília S.A. para aquisição de Certificado de Depósito Bancário.

b. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos de veículos		3.351	-
X* Diversos		<u>731</u>	<u>1.080</u>
		<u>4.082</u>	<u>1.080</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>8.308</u>	<u>3.314</u>
Circulante		1.125	1.080
Não circulante		7.183	2.234

Garantias: todos os financiamentos são garantidos pelos próprios bens adquiridos e em alguns contratos consta com o avalista também outros bens da Companhia.

Covenants: os contratos da Companhia não possuem cláusulas de vencimento antecipado.

c. Movimentação do saldo de empréstimos e incentivos fiscais

	Incentivo Governamental		Empréstimos e Financiamento	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	<u>2.515</u>	<u>513</u>	<u>1.080</u>	<u>2.928</u>
Liberações	2.514	2.515	4.082	-
Juros apropriados	-	-	192	373
Pagamentos de principal e juros	-	-	(1.272)	(2.221)
Transf.de valores indêbitos	<u>(522)</u>	<u>(513)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>4.507</u>	<u>2.515</u>	<u>4.082</u>	<u>1.080</u>

17 Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:		
ICMS a recolher	61.989	62.679
ICMS substituto a recolher	21.941	20.164
PIS/COFINS a pagar	7.143	8.079
Imposto de renda/contribuição social	15.554	20.702
Parcelamentos de impostos	1.191	897
IPI a recolher	204	191
Outros	126	62
	108.147	112.774
Não circulante:		
IR/CS - diferido de adições temporárias	988	2.278
Parcelamentos de impostos	4.004	3.906
	4.992	6.184
	113.139	118.958

18 Obrigações trabalhistas e sociais e outros passivos

a. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias	18.096	16.540
Encargos sociais	4.292	3.808
IRRF sobre salários	1.540	1.381
PPR - Programa de participação nos resultados	20.137	11.853
Outras obrigações	142	129
	44.207	33.711

b. Outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio a pagar	7.129	16.832
Reembolso Leão a pagar	4.625	-
Credores Parcerias a Pagar e outros (i)	2.700	331
	14.454	17.163

- (i) Refere-se substancialmente aos honorários advocatícios decorrentes do registro dos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS conforme divulgado na nota explicativa "8.a".

19 Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, civis e outros assuntos, que estão avaliados como segue:

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras mencionadas na Nota Explicativa nº 3. letra "m".

a. Resumo das ações classificadas como “risco provável/perda” e provisionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ações cíveis	13	-
Ações tributárias	100	100
Ações trabalhistas	2.107	1.719
Total	2.220	1.819

b. Movimentação da provisão

Ano: 2023

	Saldo em 31/12/2022	Provisões	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	4	-	(4)	-
Tributárias	100	-	-	100
Trabalhistas	2.049	1.674	(2.004)	1.719
	2.153	1.674	(2.008)	1.819

Ano: 2024

	Saldo em 31/12/2023	Provisões	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	-	13	-	13
Tributárias	100	100	(100)	100
Trabalhistas	1.719	2.107	(1.719)	2.107
	1.819	2.220	(1.819)	2.220

c. Principais características das ações provisionadas

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ações cíveis provisionadas, (1 ação de reparação de danos morais por cobrança de título em 2023).

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 23 ações (18 ações em 2023) e referem-se a pedidos, como indenizações, horas extras, verbas rescisórias e outros.

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia 1 ação (1 ação em 2023)- A ação é oriunda do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e uma oriunda de fiscalização de agência regulatória.

d. Resumo das ações classificadas como “risco possível”

A Companhia possui ainda ações judiciais classificadas com risco possível, dessa forma, em consonância ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes não estão provisionadas em suas demonstrações financeiras, a saber:

Ações trabalhistas

Existem atualmente 45 (69 em 2023) ações judiciais e referem-se a pedidos, tais como: indenizações, horas extras, verbas rescisórias e outros, classificadas como possíveis.

Ações cíveis/criminal/outras

Existem 21 (22 em 2023) ações e referem-se principalmente a pedidos de reparação de danos a pessoa física.

Ações fiscais

Existem também ações fiscais classificadas como possíveis. As principais causas estão resumidas abaixo:

Ações judiciais referentes ao IPI - insumos isentos

Referem-se a um processo referente à compensação de débitos vincendos com créditos de IPI decorrente da compra de produtos isentos. A ação requer o recolhimento do valor total devido do imposto, sem as respectivas compensações efetuadas.

A assessoria jurídica acredita que a probabilidade de perda da causa é “possível”, em consonância a atual jurisprudência sobre esse tema nos tribunais. Em função do atual estágio do referido processo, não foi possível mensurar uma possível estimativa de valor em 31 de dezembro de 2022.

Ação judicial referente ao PIS - majoração de alíquota

Ação Administrativa buscando a homologação de compensações de débitos com créditos relativos à Ação Ordinária transitada em julgado nº 96.0008294-4 e Processo Administrativo nº 10166.012341/2007-73 (recolhimentos indevidos PIS/PASEP - Decretos-Lei nºs 2.445 e 2.449/88).

20 Depósitos judiciais

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2023
Trabalhistas	209	-	-	209
Tributárias	17	-	-	17
Cíveis e outras	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>7</u>
	<u>229</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>233</u>

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Trabalhistas	266	17	(74)	209
Tributárias	17	-	-	17
Cíveis e outras	7	-	-	7
	290	17	(74)	233

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$459.960 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$242.334 divididos em 1.516.278 e 1.516.278 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, respectivamente.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Brasal Brasília Holding S.A.	1.516.278	459.960	100	1.516.278	242.334	100
	1.516.278	459.960	100	1.516.278	242.334	100

b. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação foi constituída em razão da reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2002 e vem sendo realizada de acordo com a depreciação e/ou alienação dos bens reavaliados.

c. Reservas de lucros

Compostas por Reserva legal, Reserva de incentivos fiscais, Reserva de lucros a realizar e Reserva de retenção de lucros.

d. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social.

Discriminação	2024	2023
Resultado do exercício	261.471	235.546
Constituição da reserva legal - 5%	13.073	11.777
Saldos acumulado	47.553	34.480

e. Reserva de retenção de lucros

Os lucros retidos no período, adicionado à reserva de lucros, será utilizado para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e à modernização da capacidade produtiva e à introdução de novos produtos e investimentos em controladas, conforme orçamento anual aprovado pela Direção a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária.

f. Reservas de incentivos fiscais

Compostas essencialmente pelos créditos advindos da liquidação antecipada dos valores devidos a longo prazo relativo ao incentivo governamental, o PRO/DF e IDEAS/DF, que faz liquidação da dívida por meio de leilão gerando um abatimento no saldo do financiamento.

Adicionalmente, a partir do exercício de 2020, a Companhia passou a apresentar os saldos referentes ao Incentivo Emprega/DF. Esta reserva é utilizada somente para o aumento do capital social.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.978
Constituição de reserva de incentivo fiscal - EMPREGA-DF	73.648
Saldos em 31 de dezembro de 2023	217.626
Integralização ao capital social da reserva de incentivo fiscal	(217.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-

g. Dividendos

O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado, à critério da Assembleia Geral, retido, reservado ou distribuído aos acionistas, conforme a disponibilidade de caixa.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	261.471	235.546
Constituição de reserva legal	(13.074)	(11.777)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	(73.648)
Juros sobre capital próprio	(27.638)	(27.286)
Lucro distribuível do exercício atual	220.759	122.835
Reserva de retenção de lucros	105.587	1.994
Lucro distribuível dos exercícios	326.346	122.835
Dividendos pagos no exercício	(137.930)	(19.240)
Saldo de dividendos a serem distribuídos	188.416	105.589

22 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta:		
Venda de produtos	1.385.581	1.213.780
Revenda de mercadorias	1.172.179	1.111.326
Venda de serviços	<u>284</u>	<u>682</u>
	2.558.044	2.325.788
Impostos incidentes sobre as vendas		
(-) IPI	(22.753)	(20.084)
(-) ICMS/ST	(213.667)	(179.870)
(-) ICMS	(443.463)	(392.496)
(+) ICMS – Subvenção	94.247	73.649
(-) PIS	(31.976)	(29.928)
(-) COFINS	(146.853)	(137.443)
(-) ISS sobre serviços prestados	<u>(6)</u>	<u>(16)</u>
	(764.471)	(686.188)
Descontos, abatimentos e devoluções		
(-) Devolução de produtos próprios/terceiros	(25.064)	(12.555)
(-) Descontos incondicionais	<u>(63.251)</u>	<u>(58.273)</u>
	(88.316)	(70.828)
Total das deduções da receita	<u>(852.786)</u>	<u>(757.016)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.705.258</u>	<u>1.568.772</u>

23 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	2024	2023
Matéria-prima	(343.670)	(324.217)
Custos das mercadorias revendidas	(609.911)	(587.584)
Remuneração com pessoal	(26.294)	(23.412)
Encargos sociais	(8.566)	(7.670)
Outros gastos com empregados	(3.821)	(2.964)
Consumo de material e outros insumos	(10.465)	(9.555)
Serviços prestados	(618)	(462)
Despesa com manutenção bens	(5.548)	(4.193)
Impostos e despesas legais	(116)	(20)
Serviços públicos	(119)	(6.880)
Tributárias	(22)	(16)
Gerais	(10.276)	(2.885)
Depreciação e amortização	<u>(11.159)</u>	<u>(10.101)</u>
	<u>(1.030.586)</u>	<u>(979.959)</u>

24 Receitas e despesas operacionais

a. Despesas administrativas

	2024	2023
Remuneração com pessoal	(43.994)	(32.853)
Encargos sociais	(9.706)	(9.090)
Benefícios	(5.955)	(4.170)
Material de consumo	(1.057)	(828)
Serviços prestados	(28.925)	(26.827)
Despesa com manutenção bens	(9.349)	(6.703)
Impostos e despesas legais	(5.624)	(4.178)
Marketing	(1.567)	(1.537)
Tributárias	(5.186)	(3.373)
Gerais	(6.311)	(5.036)
	<u>(117.674)</u>	<u>(94.595)</u>

b. Despesas comerciais

	2024	2023
Remuneração com pessoal	(51.270)	(45.182)
Encargos sociais	(15.731)	(14.274)
Benefícios	(12.416)	(10.593)
Material de consumo	(1.193)	(1.108)
Serviços prestados	(342)	(503)
Despesa com manutenção bens	(7.031)	(7.169)
Impostos e despesas legais	-	(1)
Marketing	(72.458)	(53.286)
Tributárias	(348)	(440)
Gerais	(1.328)	(7.103)
	<u>(162.117)</u>	<u>(139.659)</u>

c. Despesas logísticas

	2024	2023
Remuneração com pessoal	(40.209)	(35.268)
Encargos sociais	(13.143)	(11.423)
Benefícios	(9.948)	(8.277)
Material de consumo	(1.089)	(900)
Serviços prestados	(1.407)	(1.322)
Despesa com manutenção bens	(17.211)	(17.192)
Impostos e despesas legais	(3)	(3)
Marketing	(208)	(167)
Tributárias	(593)	(563)
Gerais	(1.922)	(1.903)
	(85.733)	(77.018)
	(85.733)	(77.018)

d. Depreciações/amortizações

	2024	2023
Depreciações/amortizações - desp. administrativas	(12.091)	(10.185)
Depreciações/amortizações - desp. comerciais	(7.508)	(6.463)
Depreciações/amortizações - desp. logísticas	(8.425)	(7.027)
	(28.023)	(23.675)
	(28.023)	(23.675)

e. Despesas perda com clientes

	2024	2023
Perdas reconhecidas com créditos a receber de clientes	(4.303)	(5.206)
Perda esperada com contas a receber de clientes	(2.368)	-
	(6.671)	(5.206)
	(6.671)	(5.206)

f. Despesas financeiras

	2024	2023
Juros de mora	(236)	(132)
Juros sobre financiamentos	(192)	(373)
Multas por atraso	(60)	(1.014)
Despesas bancárias	(2.284)	(1.604)
IOF	(17)	(1.196)
Descontos concedidos	(794)	-
Varição monetária passiva	(7)	(1)
Derivativo resultado negativo	(8.996)	(3.510)
	(12.586)	(7.830)
	(12.586)	(7.830)

g. Receitas financeiras

	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	16.685	24.391
Juros recebidos	28.047	10.970
Descontos auferidos	299	103
Variação monetária ativa	64	1.887
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.097)	(243)
COFINS sobre receitas financeiras	-	(1.494)
Derivativos - resultado positivo	7.269	5.077
	50.267	40.691

h. Outras receitas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Incentivo de compras insumos	570	172
Recuperação de despesas	23	41
Bonificações recebidas	1.229	1.200
Receitas de tarifas bancárias	3.387	3.176
Reembolso serviços <i>backoffice</i>	723	622
Créditos extemporâneos (i)	8.935	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	1.819	2.053
Lucro na venda de permanente e outros	2.667	1.535
	19.404	8.800

	2024	2023
Provisões para demandas judiciais e administrativas	(2.220)	(1.719)
Custo do imobilizado alienado	(165)	(1.155)
Outras despesas operacionais	(17)	(1.542)
Impostos extemporâneos	(395)	(42)
	(2.797)	(4.458)
	16.607	4.342

- (i) Nestas rubricas é lançado o valor da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme nota explicativa “8.a”.

25 Imposto de renda e contribuição social

A despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas que compreendem a despesa de imposto de renda pessoa jurídica e da despesa de contribuição social sobre o lucro líquido debitada no resultado está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado contábil antes da tributação:	329.601	329.601	294.624	294.624
Alíquota fiscal combinada	25%	9%	25%	9%
Expectativa do IRPJ e da CSLL	82.376	29.664	73.416	26.516
Adições				
Permanentes	6.179	6.179	3.670	3.670
Temporárias	9.004	9.004	2.354	2.354
	15.183	15.183	6.024	6.024
Exclusões				
Permanentes	129.682	129.682	110.016	110.016
Temporárias	6.934	6.934	7.843	7.843
	136.616	136.616	117.859	117.859
Resultado fiscal antes da tributação:	208.168	208.168	182.789	182.789
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	52.018	18.735	45.674	16.451
Deduções de PAT; FDCA; Desporto	(4.011)	-	(3.160)	-
Impostos diferidos	(281)	(101)	83	30
Despesas de IRPJ e CSLL	47.725	18.634	42.597	16.481
Alíquota efetiva	14,48%	5,65%	14,46%	5,59%

26 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, financiamentos e fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros – Custo amortizado				
Aplicações financeiras	240.210	247.854	240.210	247.854
Contas a receber	159.463	169.072	159.463	169.072
Tributos a recuperar	18.280	21.155	18.280	21.155
Depósitos judiciais	229	233	229	233
Partes relacionadas	220.114	165.706	220.114	165.706
Outros ativos e despesas antecipadas	21.914	10.320	21.914	10.320
	660.210	614.340	660.210	614.340

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros – Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	8.308	3.314	8.308	3.314
Fornecedores	140.405	106.050	140.405	106.050
Cessão de créditos com fornecedores	-	10.152	-	10.152
Tributos a recolher	107.945	114.155	107.945	114.155
Parcelamentos	3.915	4.803	3.915	4.803
Outros passivos	14.454	17.163	14.454	17.163
	275.027	255.637	275.027	255.637

Gestão do capital social

O risco de gestão do capital advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre a dívida financeira e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e benchmarks. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando aperfeiçoar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida.

27 Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, a possibilidade da realização de contas a receber de clientes, de oscilações dos preços dos produtos e de taxas de juros, que podem impactar os resultados operacionais e a condição financeira, sendo os principais os seguintes:

Risco de Liquidez

Para mitigar o risco de liquidez, a Companhia procura manter uma reserva adequada de caixa e investimentos altamente líquidos, diversifica os investimentos na intenção de reduzir a exposição a mercados específicos que possam se tornar ilíquidos. Preza pela utilização de ativos de alta liquidez, valoriza a coerência entre os prazos de resgate dos fundos, as classes de investimento e os níveis de risco.

Avalia diariamente a situação financeira e ajustar estratégias conforme necessário para manutenção no nível de liquidez e assim gerenciar eficazmente esse risco.

Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para reduzir as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, que consiste em análises do perfil dos clientes, bem como em monitoramento dos saldos a receber. Também deve ser destacado que as vendas, pelas características dos produtos comercializados e pela dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com consequente redução de perdas individuais.

Risco de variação do preço

Os produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos a oscilações em razão da compra de matéria-prima. Para mitigar os riscos, a Companhia monitora permanentemente os preços buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Análise do risco de oscilação das taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar as aplicações e as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza suas análises de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado pela Administração.

A Companhia acompanha e analisa somente as variações nos preços de commodities, variação cambial e variação nas taxas de juros como fatores principais de risco.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nesses montantes em 31 de dezembro de 2024, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2024 (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos de cada contrato programado.

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos - CDI	3.350	3.350	3.350
Taxa sujeita à variação	11,84%	14,80%	17,76%
Despesa financeira projetada	(397)	(496)	(595)
Variação		<u>99</u>	<u>198</u>

Sensibilidade relativo a ativos financeiros e passivos financeiros

Parte do passivo financeiro da Companhia está atrelado a contratos atrelado às taxas de juros em CDI, com taxas médias de 10,05% ao ano.

O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2023 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	240.210	240.210	240.210
Taxa sujeita à variação	11,84%	8,88%	5,92%
Receita financeira projetada	28.441	21.331	14.220
Variação - R\$		<u>(7.110)</u>	<u>(14.220)</u>

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Partes relacionadas - CDI	220.114	220.114	220.114
Taxa sujeita à variação	11,84%	8,88%	5,92%
Receita financeira projetada	26.061	<u>19.546</u>	<u>13.031</u>
Variação - R\$		<u>(6.515)</u>	<u>(13.031)</u>

Ressaltamos que os ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024, majoritariamente, estão atrelados à remuneração diária dos depósitos disponíveis à vista em contas correntes, com remuneração diária de um percentual da variação do CDI, com liquidez automática.

* * *

Osório Adriano Neto
Diretor-presidente

Jean Claude Blaffeder
Diretor-geral

Valto Mendes da Veiga
Contador